

MIGRAÇÕES SAZONAIS E SAÚDE DO TRABALHADOR

Ivan Targino*
Emília Moreira*
Gláucia Ieno*
Tereza Mitsunaga*

As análises aqui realizadas estão baseadas em dados e informações colhidas em três municípios da zona canavieira paraibana, a saber: Pedras de Fogo, Caaporã e Sapé.

Durante o trabalho de campo¹ ficou ressaltada a importância dos fluxos migratórios sazonais para a formação da oferta de trabalho durante o período de colheita da cana-de-açúcar. Essa constatação levou a equipe se deter com mais cuidado sobre a questão, ampliando os propósitos iniciais.

Esse artigo compreende quatro itens. No primeiro, discute-se a formação dos fluxos sazonais e sua importância sócio-econômica. No segundo, apresenta-se um quadro geral das condições de trabalho e de vida desses trabalhadores. No terceiro, analisa-se os principais fatores do desgaste dessa força de trabalho que afetam suas condições de saúde. O último item contém propostas e encaminhamentos que visam contribuir para a correção dos agravos à saúde dos trabalhadores de galpão.

OS FLUXOS SAZONAIS: ORIGEM E COMPOSIÇÃO

O deslocamento de trabalhadores das regiões agrestina e sertaneja para se ocuparem da colheita da cana-de-açúcar (de agosto a janeiro), não é um fato novo. Segundo Suarez, esse movimento migratório "remonta ao período de implantação das Usinas e abolição do trabalho escravo" (SUAREZ, 1977:93). Esses fluxos eram formados tanto por trabalhado-

res sem terra, como por pequenos produtores (minifundistas, sítiantes ou rendeiros), procedentes do Sertão e, principalmente, do Agreste. Eles dirigiam-se à Zona da Mata durante o período de estiagem e subocupação nas suas áreas de origem. Dados levantados por Tereza Suarez no início da década de setenta, levaram-na a afirmar que "este fluxo foi considerável até épocas bem recentes e no entanto vem perdendo importância" (idem, ibidem:96). As mudanças que se processaram nas relações de trabalho, ao lado da crise por que passava a lavoura canavieira à época, estariam na base daquele declínio. Tal tendência, no entanto, foi interrompida. Observa-se nas últimas décadas o fortalecimento desses fluxos. Para a reversão dessa tendência concorreram uma série de fatores entre os quais pode-se citar:

a) a implantação do Proálcool, a partir de 1975, propiciou uma expansão considerável da área cultivada com a cana-de-açúcar, elevando a demanda por trabalho na época da safra;

b) a modernização agrícola (mecanização e utilização de produtos químicos) reduziu e concentrou o tempo de trabalho sem alterar o tempo de produção da lavoura canavieira, aumentando com isto, a sazonalidade do trabalho na cultura da cana-de-açúcar e, portanto, a demanda de trabalho no momento da colheita;

c) as mudanças nas relações sociais de produção decorrentes da exclusividade da cana na utilização do solo, da modernização técnica da agricultura, bem como das modificações introduzidas na legislação trabalhista, transformaram o assalariamento temporário na relação de trabalho predominante;

d) a pecuarização do Agreste, principalmente na década de 70, acentuou, de um lado, a desruralização da população agrestina e, de outro lado, o processo de urbanização regional e, em consequência, a disponibilidade de mão-de-obra local face a fragilidade da estrutura econômica da rede urbana regional;

e) o fortalecimento da ação sindical na zona canavieira a partir do início da década de oitenta, conduziu a uma maior agressividade dos trabalhadores nas suas reivindicações, inclusive com a organização de greves por ocasião dos dissídios coletivos;

f) as estiagens prolongadas atingindo a produção e o emprego agrícola nas regiões do Sertão e do Agreste/Brejo, contribuíram para reforçar as dificuldades de acesso dos trabalhadores rurais à terra, acentuando o êxodo rural.

Pode-se afirmar que a dinamização dos fluxos migratórios sazonais para a zona canavieira, deve-se tanto às modificações na base técnico-material e nas relações de produção que aumentaram a demanda sazonal de trabalho, quanto às mudanças político-institucionais (redemocratização, retomada da organização sindical) que levaram os fornecedores de cana e usineiros a procurarem esses trabalhadores. Essa tem sido a estratégia patronal para enfrentar as lideranças e a organização do movimento sindical.

UMA CARACTERÍSTICA DOS FLUXOS

Durante os trabalhos de campo foi possível identificar dois tipos de fluxos migra-

tórios: um espontâneo e outro organizado.

O fluxo espontâneo é composto por trabalhadores que, por conta própria, se dirigem para a zona canavieira, principalmente para suas maiores cidades, (Sapé, Santa Rita, Mamanguape). Alojaram-se em quartos alugados na periferia dessas cidades, em condições bastante precárias. Nesses quartos, os únicos utensílios domésticos presentes são as redes, as panelas e a trempe (três pedras dispostas de forma triangular no chão entre as quais se põe a lenha e sobre as quais a panela para cozinhar). Os próprios trabalhadores cuidam da sua alimentação. Eles passam a procurar trabalho nas mesmas condições que os bóias-frias locais, isto é, apresentam-se cotidianamente no mercado de trabalho, na tentativa de serem agenciados por um "gato". Normalmente não usufruem dos direitos trabalhistas (carteira assinada, 13º salário, férias e repouso remunerados, etc...). Segundo dados levantados pelo Gestar (Grupo de Saúde e Trabalho Rural/UFPB), em 1985 a remuneração média desses trabalhadores era inferior a um salário mínimo. (GESTAR, 1985).

O fluxo organizado é aquele formado por trabalhadores contratados por um chefe de turma ligado aos proprietários. Esse agenciador chega numa determinada localidade e convoca jovens e adultos para o trabalho no corte da cana. Os trabalhadores são transportados em caminhões das usinas e alojados em galpões instalados nas propriedades das Usinas. A situação desses galpões é, via de regra, desumana, embora bastante diversificada. Encontram-se galpões de alvenaria com sanitários externos e tanques para armazenar água, como também existem galpões cobertos de telha mas cujas paredes são de pau-a-pique, fechadas por sacos de plástico para embalar adubos, sem sanitários e sem depósitos de água. Nesse último caso, o galpão serve também de depósito para agrotóxicos, sobre os quais os trabalhadores armam suas redes. De um modo geral, eles são pequenos para abrigar o número de trabalhadores. Segundo estes, *"as redes batem umas nas outras e falta lugar para botar os troços"*. Nos galpões, não há energia elétrica e é comum a presença de insetos (muriçocas, baratas, aranhas caranguejeiras...). A alimentação, durante

a semana, é preparada por um cozinheiro. Os trabalhadores adquirem os alimentos nas cidades mais próximas e pagam a alguém para preparar a alimentação. Esta consiste em uma das combinações: farinha/feijão/charque; feijão/ovo/farinha; farinha/peixe seco; quarenta (papa de fubá de milho, água e sal), rapadura e bolacha. Em alguns galpões não existe um espaço destinado para a cozinha. Um fogão à lenha do lado de fora serve como tal. Sem proteção contra o vento, as panelas acabam por receber poeira e fuligem de cana que se misturam à comida.

Os trabalhadores que integram o fluxo organizado possuem algumas vantagens em relação aos do fluxo espontâneo. Eles não pagam transporte, não dispendem com aluguel e possuem a garantia de trabalho todos os dias. Em compensação, são obrigados a: a) executar todas as tarefas designadas pelo chefe de turma. Mesmo durante a noite eles podem ser convocados para trabalhar no "lambaio", isto é, trabalhar durante a noite, no ritmo das máquinas, juntando as canas por elas deixadas. Alguns deles são adolescentes com menos de 18 anos que, para ganhar o equivalente a duas tarefas, trabalham no lambaio das 18:00 horas às 6:00 horas da manhã; b) submeter-se a uma intensidade de trabalho maior do que a dos outros trabalhadores; c) terem suas ações controladas mesmo fora do ambiente de trabalho (o jogo de cartas e a bebida são proibidos e a penalidade para a transgressão é a perda de dias de trabalho durante a semana). Caso não aceitem as condições de trabalho, são afastados e substituídos.

Estes fluxos são formados por homens, na sua maioria jovens (não foi encontrada nenhuma mulher entre os entrevistados). Em um dos galpões visitados, só havia jovens entre 14 e 21 anos de idade. A falta de ocupação no local de origem é a grande razão para a vinda. Do ganho obtido, o trabalhador tem que garantir a sua alimentação no galpão e a sobrevivência da sua família. Assim, vê-se obrigado a gastar o mínimo possível na aquisição de gêneros para si, o que explica as combinações alimentares extremamente precárias enumeradas anteriormente. Eles são procedentes tanto das periferias das cidades do Agreste (Itatuba, Araruna, Cacimba de

Dentro), quanto dos vilarejos e vilas que passam a se constituir em uma nova característica das áreas rurais agrestinas: o habitat rural concentrado. O aumento dessas concentrações rurais contrasta com o esvaziamento das propriedades

Em consequência da forma de agenciamento, os trabalhadores de cada galpão procedem de uma mesma localidade, ou de um mesmo município. O nível de escolaridade é bastante baixo. A maioria não chega a completar a primeira fase do primeiro grau, sendo grande o número de analfabetos.

A organização dos galpões fica sob a responsabilidade do cabo de turma. O cabo de turma não é necessariamente o cabo de cito. Ele controla completamente a vida dos trabalhadores, inclusive nas horas de trabalho. Até mesmo as visitas se dão sob os seus olhares vigilantes. Alguns cabos entrevistados eram antigos trabalhadores que conseguiram a confiança dos proprietários, ascendendo à nova posição. Nos casos de acidentes a responsabilidade cai primeiramente sobre ele. Só nos casos mais graves é que a usina é acionada.

Dentre as vantagens desse tipo de trabalhador para as usinas pode-se citar:

a) mão-de-obra disponível. Como já foi dito anteriormente, os trabalhadores encontram-se não só inteiramente disponíveis, como obrigados a executar o trabalho que lhe for determinado. Em outras palavras, eles não têm nenhuma autonomia na escolha do conteúdo nem da intensidade do trabalho a ser realizado;

b) mão-de-obra disciplinada, fora da ingerência dos sindicatos. Como são trabalhadores procedentes de outros municípios, não têm ligações com o sindicato local. Mais do que isso, a imagem difundida sobre o sindicato é a de aproveitador que não cuida das necessidades dos trabalhadores. Dada a "distância" dos sindicatos, fica difícil a fiscalização das condições de trabalho, bem como a arregimentação desses trabalhadores por ocasião das greves;

c) mão-de-obra mais facilmente explorável. Segundo depoimento do presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais do município de Caaporã, a tarefa que os trabalhadores devem realizar cada dia é maior que a estabelecida pelos dissídios coletivos, o que resulta, concretamente,

em jornada de trabalho mais longa. Por alguns depoimentos colhidos, muitos têm que trabalhar também aos sábados e até mesmo aos domingos para completar a tarefa que lhes foi destinada para aquela semana e assim obter o salário integral.

As informações acima contidas mostram, de um lado, o grau de desproteção e insegurança dos migrantes sazonais da zona canavieira nordestina e, de outro, as precárias condições de trabalho e vida a que são submetidos nos galpões e pontas de rua, as quais contribuem para agravar o quadro já precário de saúde dessa população.

MIGRAÇÃO SAZONAL E SAÚDE DO TRABALHADOR

Entende-se que o processo saúde-doença é socialmente determinado. Isto é, a inserção no processo produtivo é um fator imprescindível para se entender, de um lado, o desgaste a que está submetida a força de trabalho (consumo da força de trabalho), bem como as (im)possibilidades de reposição do desgaste sofrido. O que vale dizer é que a saúde/doença não é apenas um processo biológico, mas é também processo social historicamente determinado. A seguir, procura-se analisar os principais fatores do desgaste sofrido pelos trabalhadores que afetam suas condições de saúde.

Fatores do desgaste da força de trabalho

Com base no exposto, consideram-se as condições de transporte, alojamento, trabalho e alimentação como principais fatores do desgaste da força de trabalho que compõe os fluxos migratórios sazonais para a zona canavieira, em particular os fluxos organizados, objeto de maior preocupação deste estudo.

No que se refere às condições de transporte, os trabalhadores contratados por um chefe de turma, são conduzidos em caminhões da usina, dos locais de origem para os galpões, dos galpões para os locais de trabalho e, a cada quinze dias, dos galpões para o lugar de origem, para visitar as

famílias e levar-lhes uma parte do salário ganho. Muitos destes transportes são especializados no carregamento da cana, "os gaiolões", ou são caminhões que, sem nenhuma adaptação, são utilizados para tal fim. Não existe, em sua grande maioria, lugar para sentar nem para colocar os instrumentos de trabalho, tais como enxada e facão, o que provoca com certa frequência, acidentes. Isto sem falar que apesar da distância entre o local de trabalho e o de origem quase nunca é superior a três horas de viagem, nos dias de visita à família o tempo gasto neste percurso pode ser de até doze horas. Isto porque o caminhão que os transporta conduz trabalhadores de vários galpões, situados em várias propriedades da Usina ou da Destilaria. Assim, ele só pode tomar seu destino quando consegue reunir todos os trabalhadores de um ou mais municípios. Além disso, muitas vezes, o motorista é obrigado a parar para dormir no meio do caminho e a altas horas da noite, em virtude do cansaço não lhe permitir seguir a viagem sem interrupção. Nesses casos, os trabalhadores se acomodam em torno do caminhão, ficando sujeitos, segundo os seus depoimentos, a chuvas, atropelamentos e assaltos. Após uma semana de trabalho árduo, as precárias condições de transporte são mais um fator de desgaste para os trabalhadores. Esgotados, eles só alcançam suas casas na manhã de domingo.

Alguns riscos de acidentes a que estão expostos esses migrantes sazonais relacionam-se ao processo de trabalho da lavoura da cana, estando a eles também sujeitos os trabalhadores do próprio município. São aqueles decorrentes da presença de animais peçonhentos, do manuseio de instrumentos cortantes e do trato com adubos químicos e agrotóxicos.

Os acidentes durante o corte da cana são muito comuns. É raro encontrar um trabalhador que não tenha sofrido um ferimento. Em virtude da posição em que trabalham, as partes do corpo mais atingidas são os braços, as mãos e as pernas.

Dependendo da gravidade do acidente, o trabalhador vê-se forçado à "ociosidade não remunerada". Raramente os empregados arcam com os custos da eventualidade. Para os trabalhadores dos galpões, um acidente pode significar a perda imediata

do trabalho e o total desamparo. Tais acidentes não são registrados ou identificados como acidentes de trabalho. Isto constitui uma consequência direta, tanto da condição de trabalho clandestino a que estão submetidos os migrantes (sem carteira assinada ou qualquer direito trabalhista), como da ausência de uma fiscalização mais eficaz por parte dos Sindicatos, da Delegacia Regional do Trabalho e até mesmo do Ministério Público. Esta fiscalização por sua vez é dificultada seja pela falta de articulação dos próprios trabalhadores com estas instâncias do poder público ou com os sindicatos, seja pela própria ineficiência do Estado que não dispõe de pessoal nem transporte suficiente para realizar com eficácia o seu trabalho. Regra geral, os agricultores vindos de outras localidades não mantêm vínculo com o sindicato local ou desconhecem as instâncias do poder público responsáveis pela fiscalização das suas condições de trabalho. Por outro lado, o medo do desemprego inibe a ação denunciadora dos trabalhadores.

Em relação aos agrotóxicos e adubos químicos, constata-se dois tipos de riscos de intoxicação:

a) Indiretos. A maioria dos trabalhadores de galpão não manuseiam tais produtos durante a execução do trabalho. Porém, o fato de não lidarem diretamente com esses agroquímicos não os coloca fora do risco de intoxicação. Foram detectadas várias formas indiretas de contaminação tais como: o contato dos pés descalços com o solo molhado por herbicidas, imediatamente após sua aplicação; a utilização de água para beber, cozinhar e asseio pessoal proveniente dos mananciais que recebem resíduos de herbicidas, fertilizantes químicos e leveduras fermentativas; o consumo de peixes e crustáceos pescados nesses mananciais. Uma pesquisa do Núcleo de Pesquisa de Recursos do Mar (Nepremar) e do Laboratório de Hidrobiologia do Departamento de Sistemática e Ecologia da UFPB, detectou alterações no teor de nitritos e nitratos em alguns mananciais de água da Zona Canavieira da Paraíba (elevados valores de nitrato foram observados nas nascentes do rio Açu, tributário do rio Mamanguape, cujo estuário é o segundo maior do Estado e nos reservatórios de

água dos rios Gramame e Mamuaba). Isto constitui, segundo os pesquisadores responsáveis pelas análises, uma evidência indireta da contaminação desses mananciais por fertilizantes químicos usados nas plantações de cana que circundam essas áreas. Este fato preocupa-nos pela possibilidade de formação de nitrosamina (agente cancerígeno) em adultos, a partir da ingestão de água rica em nitratos e nitritos. Foram encontradas também, altas concentrações de leveduras, baixos valores de oxigênio dissolvido e altos níveis de DBO em locais próximos às destilarias, bem como a constante presença de leveduras fermentativas ao longo do estuário do rio Paraíba, também em altas concentrações, numa evidência direta da contaminação desses ambientes por vinhotos e águas residuais. A inexistência de depósitos de água tratada em alguns galpões e no local de trabalho, leva os trabalhadores a utilizar para beber e para o banho, água das fontes que jorram na base das vertentes dos tabuleiros (cujos topos são cobertos por canaviais), de barreiros ou de rios e riachos que cortam a zona canaveira. Com isso aumenta o risco de intoxicação dessa população.

b) Diretos. Decorrentes do contato direto que os agricultores mantêm com os agrotóxicos e fertilizantes químicos, uma vez que estes são armazenados nos galpões onde eles se alojam. Chama a atenção a reutilização generalizada, pelos trabalhadores, de recipientes vazios de agrotóxicos como depósito para a água que levam ao campo.

O corte de cana é efetuado, via de regra, sem a proteção de luvas ou de vestimentas que preservem os braços e as mãos do contato com a palha da cana. O pelo existente na palha pode provocar irritações na pele com coccirias que levam a ulcerações e podem dar origem a problemas dermatológicos. Tais ocorrências foram verificadas em trabalhadores de um galpão situado na divisa dos municípios de Caaporã e Pedras de Fogo.

A posição do corpo aliada ao esforço físico repetitivo e intenso, necessário à execução das tarefas, são responsáveis por problemas ósteo-articulares (artralgias, lombalgias, distensão muscular, bursites, hérnia de disco, etc...).

A precária condição de alimentação dos trabalhadores, associada ao desgaste físico na execução das tarefas e a ausência de higiene dos galpões concorre para a proliferação de doenças.

Os agravos à saúde dos trabalhadores, objeto de nosso estudo, não são compensados pelo acesso aos serviços de saúde. Isto porque estes estão distantes dos locais de alojamento. Distantes fisicamente (os galpões localizam-se longe dos centros urbanos e das vias que lhes dão acesso) e socialmente (por que mesmo que os trabalhadores tivessem acesso físico a esses serviços eles não dispõem no local de trabalho, de nenhum sistema de informação ou de apoio que lhes permita o acesso aos mesmos).

PROPOSTAS E ENCAMINHAMENTOS

Os contatos mantidos com os trabalhadores e com o movimento sindical, levaram-nos a refletir sobre as possibilidades de melhoria das condições de vida e de saúde dos trabalhadores que integram o fluxo migratório organizado, bem como sobre a atuação de instituições, cujas ações têm reflexos sobre essa população. Essas discussões resultaram na elaboração de propostas e encaminhamentos abaixo sumariados:

a) a concepção de atuação do movimento sindical deve mudar, no sentido de:

- superar o constrangimento dos limites municipais das suas bases de atuação;

- extrapolar as tradicionais formas de luta restritas às condições de trabalho e ganhos salariais, procurando dar conta do conjunto das necessidades do trabalhador;

- articular sua ação com a de outras instituições envolvidas legal e politicamente com a melhoria da condição de vida da classe trabalhadora (Igreja, Universidades, ONGs, Ministério Público, Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde, etc...).

b) os órgãos municipais devem sair da posição imobilista e burocrática que restringe suas ações aos Postos, Centros de Saúde e Hospitais. Eles devem atuar seja através da Vigilância Sanitária e Epidemiológica, seja via ação de agentes

ou equipes de saúde, de modo a englobar no seu raio de ação os trabalhadores dos galpões que, de outro modo, situam-se fora dos limites de sua atuação;

c) devem ser buscadas alternativas de emprego e renda nas regiões de origem desses migrantes que integre a atividade agrícola e atividades artesanais ou semi-industriais, objetivando a redução das migrações sazonais;

d) faz-se necessário intensificar a ação dos órgãos responsáveis pela fiscalização do cumprimento da legislação trabalhista e das conquistas dos dissídios coletivos;

e) é importante repensar as formas de atuação das ONGs e entidades religiosas, de modo a adaptá-las à mobilidade espacial desses trabalhadores;

f) a adoção de uma reforma agrária ampla e massiva se faz cada vez mais necessária, como condição preliminar para superar a apartação social a que estão submetidos os trabalhadores migrantes aqui estudados, não obstante a sua inserção no processo produtivo.

Do que foi exposto e analisado, pode-se concluir que ações isoladas e circunstanciais não serão capazes de minorar o quadro delincado.

* Ivan Targino, Emilia Moreira, Gláucia Ieno e Tereza Mitsunaga são Pesquisadores do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CERESAT/ NESC-UFPB) e Professores da UFPB.

NOTA

1- O presente trabalho é parte de uma pesquisa sobre as condições de vida e trabalho da criança e do adolescente trabalhador da atividade canaveira na Paraíba, realizada pelo Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (Ceresat), do Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva (Nesc), da UFPB.

BIBLIOGRAFIA

- SUAREZ, Maria Teresa S. Cassacos e Corumbas. São Paulo, Ática, 1977.

- GESTAR. Relatório de Pesquisa sobre Processo de Trabalho Saúde/Doença dos Trabalhadores da cana e do abacaxi do município de Sapé. João Pessoa, Nesc/UFPB, 1985.

- CERESAT. Pesquisa de campo da equipe que estuda as condições de vida e trabalho da criança e do adolescente trabalhador da atividade canaveira na Paraíba.

- WATANABE, T. et alii. Evidências de contaminação decorrente da atividade canaveira em corpos d'água do Estado da Paraíba. Acta Limnológica Brasiliensia, 1992.